



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 054

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE JUNHO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 051ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
14 DE JUNHO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado André Vargas, secretariada pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente a Sra. Deputada Luciana Rafagnin (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Ofícios:

#### OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/CC/74 a 93/2004, do Sr. Orlando Pessuti, Governador do Estado em exercício, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

016/2004: De autoria do Deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Tia Lana, com sede e foro no Município de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 14.401 - **Anote-se - Arquivo-se.**

030/2004: De autoria do Deputado André Vargas, que declara de Utilidade Pública o Aeroclube de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 14.402 - **Anote-se - Arquivo-se.**

031/2004: De autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Água Viva, com sede e foro no Município de Maringá, o qual foi convertido em Lei nº 14.403 - **Anote-se - Arquivo-se.**

046/2004: De autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de Utilidade Pública o Clube do Vovô, com sede em Sarandi e foro na Comarca de Marialva, o qual foi convertido em Lei nº 14.404 - **Anote-se - Arquivo-se.**

052/2004: De autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública Fraternidade Espírita Mensageiros da Luz, com sede e foro no Município de Ibiporã, o qual foi convertido em Lei nº 14.405 - **Anote-se - Arquivo-se.**

059/2004: De autoria do Deputado Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural de Pérola, com sede e foro no Município de Pérola, o qual foi convertido em Lei nº 14.406 - **Anote-se - Arquivo-se.**

060/2004: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Proprietários de Imóveis dos Balneários de Santa Terezinha e Itapuã - AMOSL, com sede no Município de Pontal do Paraná e foro no Município de Matinhos, o qual foi convertido em Lei nº 14.407 - **Anote-se - Arquivo-se.**

063/2004: De autoria do Deputado Ailton Araújo, que declara de Utilidade Pública a Associação Siloé de Apoio Social, com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 14.408 - **Anote-se - Arquivo-se.**

066/2004: De autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Instituto Social Vó Durvina, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, o qual foi convertido em Lei nº 14.409 - **Anote-se - Arquivo-se.**

072/2004: De autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de Utilidade Pública o Grupo Sansey Cultural e Beneficente, com sede e foro na Cidade de Londrina, o qual foi convertido em Lei nº 14.410 - **Anote-se - Arquivo-se.**

080/2004: De autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Motociclismo, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual foi convertido em Lei nº 14.411 - **Anote-se - Arquivo-se.**

083/2004: De autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas "Esteio da Esperança", com sede e

foro no Município de Irati, o qual foi convertido em Lei nº 14.412 - **Anote-se - Arquivo-se.**

087/2004: De autoria do Deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paulo do Município de Ribeirão do Pinhal, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal, o qual foi convertido em Lei nº 14.413 - **Anote-se - Arquivo-se.**

089/2004: De autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Artesanato e Costureira de Roncador - ARTIRON, com sede no Município de Roncador e foro na Comarca de Iretama, o qual foi convertido em Lei nº 14.414 - **Anote-se - Arquivo-se.**

097/2004: De autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação Atlética e Desportiva Industrial Pindorama - AADIP, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu, o qual foi convertido em Lei nº 14.415 - **Anote-se - Arquivo-se.**

113/2004: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Ile Axé Ode Kare Igbo, com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 14.416 - **Anote-se - Arquivo-se.**

115/2004: De autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Santa Bárbara, com sede no Município de Figueira e foro no Município de Curiúva, o qual foi convertido em Lei nº 14.417 - **Anote-se - Arquivo-se.**

121/2004: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º da Lei nº 12.357/98, declarando de utilidade pública a Associação Beneficente Curitiba - ABC, com sede e foro nesta Capital, o qual foi convertido em Lei nº 14.418 - **Anote-se - Arquivo-se.**

447/2003: De autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Sericultores, com sede e foro no Município de Alto Paraná, o qual foi convertido em Lei nº 14.419 - **Anote-se - Arquivo-se.**

474/2003: De autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Samaritano - ASBOMS, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu, o qual foi convertido em Lei nº 14.420 - **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob os nºs CTL/CC/94, 95, 99 e 100/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

739/2003: De autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Dia Estadual da Inclusão Digital, a ser comemorado no último sábado do mês de março de cada ano, o qual foi convertido em Lei nº 14.421 - **Anote-se - Arquivo-se.**

738/2003: De autoria do Deputado Ademir Bier, que institui no Roteiro Turístico da Secretaria de Estado do Turismo, o "Arrancadão de Tratores" no Município de

Maripá, o qual foi convertido em Lei nº 14.422 - **Anote-se - Arquivo-se.**

167/2003: De autoria do Deputado Nelson Justus, que dispõe que os serviços de lanches nas unidades educacionais públicas e privadas que atendam à educação básica, localizadas no Estado, deverão obedecer a padrões de qualidade nutricional e de vida, indispensáveis à saúde dos alunos, o qual foi convertido em Lei nº 14.423 - **Anote-se - Arquivo-se.**

081/2003: De autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe que as escolas estaduais de ensino fundamental e médio ficam obrigadas a exigir a carteira de identidade como documento necessário à realização de matrícula escolar, o qual foi convertido em Lei nº 14.424 - **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC/96/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 011/2003, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, por julgá-lo contrário ao interesse público - **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/97/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 625/2003, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, por julgá-lo inconstitucional - **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/98/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 667/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo inconstitucional - **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 122/2004, da Sra. Eleonora Bonato Fruet, Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando cópias dos Decretos nºs 2639, de 17.03.2004; 2814, de 22.04.2004 e 2909, de 03.05.2004 e dos respectivos Convênios não previstos na Lei Orçamentária - 2004 - **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 025/2004, do Sr. Jorge Kalache Filho, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, informando sobre Contratos de Repasse de Recursos do Orçamento Geral da União, celebrado entre a EMATER e a Caixa Econômica Federal - Contrato nº 0163.452-97 no valor de R\$ 50.418,00 e Contrapartida R\$ 38.900,00 e Contrato nº 163.453-00 no valor de R\$ 49.800,00 e Contrapartida R\$ 28.820,00 - tendo por finalidade da Infra-Estrutura e Serviços, no Programa PRONAF - **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 026/2004, do Sr. Jorge Kalache Filho, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, informando sobre Contratos de Repasse de Recursos do Orçamento Geral da União, celebrado entre a COHAPAR e a Caixa Econômica Federal no valor de R\$

261.552,00 e Contrapartida R\$ 65.637,00 que tem por finalidade a identificação, levantamento, mapeamento e cadastramento das áreas de irregularidades fundiárias - formulação e/ou implementação de programas de regularização fundiária sustentável - **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 027/2004, do Sr. Jorge Kalache Filho, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, informando sobre Contratos de Repasse de Recursos do Orçamento Geral da União, celebrado entre o Estado do Paraná e a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 117.000,00 e Contrapartida R\$ 23.400,00 que tem por finalidade a capacitação de técnicos municipais que atuam nas áreas de planejamento urbano - **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 335 a 337, 398 e 399/2004, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, aos Programas - PNAE; PNAC - PNAE - CRECHE E PNAI - PNAE INDIGENA - **Ao Conhecimento da Casa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1113

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque na votação da Proposição nº 0032/2004, item 17 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 14.06.2004.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

### REQUERIMENTO Nº 1114

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco das Proposições de Veto - itens 12 a 18 da Ordem do dia de hoje.

Sala das Sessões, em 14.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

### REQUERIMENTO Nº 1106

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, REQUER a liberação do Plenarinho da Assembléia Legislativa no dia 17 de junho de 2004, das 16h00 às 19h00 para realização da assembléia geral do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná - SINDIJUS.

Sala das Sessões, em 14.06.2004.

(a) TADEU VENERI

### REQUERIMENTO Nº 1109

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a utilização

do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 23 de junho do corrente, para pronunciamento de representante da ELETROSUL, para apresentar o Programa Luz Para Todos, do Governo Federal.

Sala das Sessões, em 14.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

### REQUERIMENTO Nº 1104

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votos de profundo pesar à família Cazella, do Município de Dois Vizinhos, pelo falecimento do Sr. Reinaldo Cazella, ocorrido no dia 04, do corrente mês.

Requer, ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, Sra. Alzira Trevisan Cazella, enviando correspondência à Rua Zacarias de Vasconcellos, s/n, CEP: 85.660-000 - Dois Vizinhos/PR.

Sala das Sessões, em 14.06.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Alguém importante do nosso convívio partiu. Deixa saudade, mas, principalmente, deixa um grande legado de muito trabalho, dignidade e integridade. Alguém que, indiscutivelmente, pautou a sua atuação nesta vida em princípios éticos e morais. O Sr. Reinaldo Cazella é este alguém, a quem nos referimos. Um homem voltado à família, às suas responsabilidades sociais, um homem que, com seu jeito simples, soube passar sabedoria aos filhos e a todos que compartilharam do seu convívio.

Perdemos um amigo, porém, temos a convicção, dentro da nossa fé cristã, que a morada divina acaba de receber mais um ilustre morador. E, com absoluta certeza, ele foi recebido com muita festa, num clima intenso de paz e amor, pelo nosso Pai Celestial. E que este mesmo Deus console os corações daqueles que ainda sofrem a dor da partida.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, sinceros votos de pêsames e condolências.

### REQUERIMENTO Nº 1107

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar à família da Sra. Clélia Felipetti Lucini, pelo seu falecimento, ocorrido dia 09 de junho, no Município de Itapejara d'Oeste.

Do aprovado requer, ainda, seja enviado cópia à família enlutada, pelo momento de grande tristeza na perda de sua progenitora, juntando as suas condolências, como forma de solidariedade e pesar.

Sala das Sessões, em 14.06.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

**JUSTIFICATIVA:**

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento da Sra. Clélia Felipetti Lucini, ocorrido no último dia 09 de junho, no Município de Itapejara d'Oeste.

Com 81 anos, Dona Clélia estava há alguns meses com a saúde debilitada. Era casada com o Sr. Egídio José Lucini, falecido há 17 anos e dessa união de muito amor teve 06 (seis) filhos: Anilda Maria, Leopoldo, Jurema, Darci, Albertina e Helena; 23 netos e 20 bisnetos.

Pessoa muito querida e de grande entrosamento com a comunidade, cultivou muitos amigos, deixando o exemplo de humildade, trabalho e de amor à família.

Nasceu no Rio Grande do Sul, mas há 50 anos escolheu Itapejara d'Oeste para morar e criar seus filhos, e nesta hora deixa a todos os familiares e amigos um sentimento de dor e saudade irreparáveis.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos que tiveram a felicidade de conhecê-la, a lembrança e o carinho de mãe e esposa exemplar em sua família e em sua comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares, externando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus para que lhes conceda o necessário conforto.

**REQUERIMENTO Nº 1108**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar à família do jovem Anderson Batistelli, pelo seu falecimento ocorrido dia 07 de junho, no Município de Pato Branco-PR.

Do aprovado requer ainda, seja enviado cópia à família enlutada, pelo momento de grande tristeza na perda de seu filho, juntando as suas condolências como forma de solidariedade e pesar.

Sala das Sessões, em 14.06.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

**JUSTIFICATIVA:**

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento do jovem Anderson Batistelli, com 21 anos, ocorrido no último dia 07 de junho, no Município de Pato Branco, vítima de acidente de motocicleta.

O jovem Anderson era filho de Cezario Batistelli e Necilde Cagol Batistelli.

Filho dedicado e amável, e pessoa muito querida no Município, Anderson cultivou muitos amigos e deixa o exemplo de amizade a todas aquelas pessoas que tiveram a felicidade de conhecê-lo.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor de seus pais e familiares, externando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus para que lhes conceda o necessário conforto.

**REQUERIMENTO Nº 1110**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à Juíza da 4ª Vara da Família de Curitiba, Joeci Machado Carvalho, coordenadora do projeto Justiça no Bairro, em Curitiba, que completou um ano de funcionamento.

Sala das Sessões, em 14.06.2004.

(a) RENATO GAÚCHO

**JUSTIFICATIVA:**

A titular da 4ª Vara da Família de Curitiba, Joeci Machado Carvalho, coordena o projeto Justiça no Bairro, que recentemente completou um ano de funcionamento.

O Programa atendeu sete mil pessoas neste primeiro semestre. Para comemorar o seu 1º ano de funcionamento realizou-se, no ginásio de esportes do Bairro Novo, um casamento coletivo que reuniu 166 casais.

O projeto tem parceria da Prefeitura de Curitiba, Tribunal de Justiça e Faculdades de Direito da cidade, e leva atendimento judicial rápido e gratuito à população da periferia.

**REQUERIMENTO Nº 1105**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luiz Eduardo Cheida, agradecendo a atenção dispensada a pescadores e proprietários de lojas de artigos de pesca, em encontro ocorrido no último fim de semana, em Londrina.

Sala das Sessões, em 14.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 240/2004**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube do Vovô, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.06.2004.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

O Clube do Vovô, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso serviço de desenvolver atividades que incentivem a integração dos associados com a comu-

nidade local, através de programas sociais, recreativos, esportivos e culturais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

## PROJETO DE LEI Nº 241/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Cascatinha, com sede e foro no Município de Palmas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.06.2004.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Moradores do Bairro Cascatinha, com sede e foro no Município de Palmas, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso serviço na formação e, desenvolvimento da comunidade do Bairro de Cascatinha e região, procurando estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais para a realização de soluções das aspirações de seus associados.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

#### O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Não havendo oradores inscritos nem no Pequeno, nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto às Lideranças do PL, PSL, PPS, PSB, PTB, PP, PFL.

**(Declinam)**

Consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu horário. Com a palavra o Sr. Deputado Ademar Traiano.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na última Sessão desta Casa, tivemos a oportunidade de presenciar e ouvir o discurso proferido pelo eminente Líder das Oposições, Deputado Durval Amaral, quando contestava o Líder da Situação, Deputado Stica, com relação à questão coerência nesta Casa e no País.

Chamou-me a atenção o seu pronunciamento, com muita eloquência, muita habilidade e sensatez. Deputado equilibrado, inteligente, fez um pronunciamento brilhante nesta Casa, demonstrando ao Deputado Stica o que realmente é coerência, e exercer a coerência com eficácia e com inteligência.

Para minha surpresa, tenho assistido às inserções na televisão, na Rede Globo, em outros canais de televisão, do PPS do Paraná, quando indaga à população paranaense com relação ao Governo Federal, e pergun-

tam na televisão às pessoas entrevistadas: “o senhor está satisfeito com o Governo, o que acha do Governo?”

E todos são unânimes em afirmar que nada mudou nesse País, que o Governo Federal não está trabalhando com eficiência, que as propostas de campanha não aconteceram.

E, lamentavelmente, Deputado Durval Amaral, eu volto a insistir no tema “coerência”. Esses que agora estão lá na mídia, quem sabe com o objetivo de mostrar aos paranaenses que mais uma vez tentarão buscar o voto da sociedade em cima da mentira, da inverdade, e de uma injustiça que se comete neste momento ao Governo Federal, mais uma vez faltam com a coerência, porque estão agredindo o Governo em que eles mesmos estão instalados.

Quem não sabe que o ex-Deputado Rubens Bueno é um dos Diretores da Itaipu e nomeado pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e que agora se licencia para ser candidato a Prefeito de Curitiba? E mais uma vez, com inverdade, tenta mostrar à população paranaense de que o Governo Federal não está dando certo e que a sociedade brasileira foi enganada mais uma vez em votar para o Presidente da República.

Deputado Luiz Carlos Martins, isto é falta de coerência, é uma vergonha e lamentavelmente, com todo respeito que tenho aos políticos do PPS, aos Deputados do PPS desta Casa, não se pode admitir, de forma alguma, uma ingratidão como essas como comete Rubens Bueno atacando o Governo Federal; ele está “mamando nas tetas” do Governo, como Diretor da Itaipu Binacional.

Não poderíamos, de forma alguma, ficar calados neste momento, até porque o tema coerência é um dos temas mais atuantes neste momento, Deputado Marcos Isfer, com todo o respeito a vossa figura.

Permito-lhe um aparte, porque vai enriquecer o meu pronunciamento.

#### O Sr. Marcos Isfer

Antes de mais nada, ressaltar que o PPS tem feito, desde o início, tanto no Governo Lula quanto no Governo Requião aqui no Estado, parte da Base de Apoio, mas não se negando, em momento algum, a fazer críticas quando não concorda com o encaminhamento. O primeiro Partido a denunciar a política econômica do Governo Lula foi, através de seu Presidente Roberto Freire, o PPS. E quero também levar ao conhecimento de V. Exa. que o nosso companheiro Rubens Bueno já não é mais Diretor da Itaipu, porque de lá já saiu há mais de uma semana. Então, não há nenhuma ligação, portanto, de cargo dele com a Itaipu.

A crítica é realizada, no sentido construtivo e não vamos deixar, em momento nenhum, de estar criticando, como o fizemos durante todo o tempo, em todos os momentos, em outros Governos. Acho que é parte da característica do próprio PPS, como fazia do antigo Partido

Comunista Brasileiro, ser crítico construtivo e é esse o papel que o PPS cumpre.

Então, agradeço o aparte e tenho certeza que V. Exa. faz essas referências tentando com isso atingir o PT ou as bases de apoio do PT. Mas, saiba V. Exa. que vamos continuar dando apoio ao PT, porque achamos que o Governo Lula precisa de toda a sustentação para chegar ao seu final.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO

Para concluir, digo que o seu aparte enriquece o meu pronunciamento, mas não posso admitir que a sua manifestação realmente seja a expressão da verdade, porque não é exatamente isso que faz o PPS - não quero condenar o PPS como um todo, mas de forma especial o Deputado Rubens Bueno, que nós sabemos que tão logo passe o processo eleitoral, voltará para a Itaipu. Isso é uma coisa clara e notória que ele está deixando o cargo para disputar a eleição e, quem sabe, beneficiar alguma outra candidatura. Servirá como trampolim, e a sociedade paranaense sabe perfeitamente disso.

E gostaria, Deputado Marcos Isfer, que essa advertência também pudesse ocorrer - já que o PPS faz a nível nacional, ao Governo do Lula - clara e abertamente aqui na Assembléia, através de ações dos Deputados do PPS com relação ao Governo Estadual, porque, infelizmente, também estamos enxergando alguns desgovernos no Governo Estadual e que, lamentavelmente, há concordância clara e plena da Bancada do PPS aqui nesta Casa.

Muito obrigado pela atenção dos Srs. Deputados!

#### O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

No Horário da Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva.

#### O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Somente para registrar que comemoramos nesta semana que antecedeu, o aniversário do Município de Foz do Iguaçu. São noventa anos de emancipação política e administrativa, que foram comemorados com uma grande festa, com a população comparecendo em todos os eventos cívicos e culturais. Foi uma demonstração que em Foz do Iguaçu realmente a população vive em paz e harmonia em seu franco crescimento, em franco desenvolvimento demonstrado pelo número de obras em Foz do Iguaçu.

Então, quero registrar aqui e parabenizar o Município de Foz do Iguaçu pelos seus noventa anos de emancipação política e administrativa e pelo seu crescimento principalmente nessa harmonia em que vive o Município, junto à comunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

#### O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Registramos também os nossos votos de congratulações à Cidade de Foz do Iguaçu.

Neste ano, Londrina completa setenta anos, e até fiquei admirado pelos 90 anos de Foz do Iguaçu, uma cidade próspera e uma cidade-referência no Brasil inteiro.

Registramos a presença também, a pedido da Deputada Cida Borghetti e do Deputado Luiz Nishimori, do Vereador de Maringá, Paulo Mantovani.

Seja muito bem-vindo nesta Casa!

Horário das Lideranças: Liderança do Governo.

**(Declina)**

Liderança da Oposição. Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, com anuência do nosso Líder Durval Amaral, eu apenas quero fazer aqui um registro de que ontem eu assiti a uma entrevista do Governador Requião, no SBT. E ele é muito bondoso com os números. Falou que no ano passado criou duzentos e trinta mil empregos no Paraná e que neste ano, ele já criou cento e sessenta mil.

Então, amanhã farei um pronunciamento sobre essa questão, mas faço um alerta a esta Casa, aos jornalistas, aos líderes, que me mostrem onde foram criados esses empregos, porque eu quero mudar de endereço. Eu quero ir para essas cidades ou para esses lugares onde está tendo essa geração de empregos, tão farta. Certamente, nesse lugar ou nesses lugares onde eles foram criados, não tem violência, porque também assisti do Governador que para a Segurança do Paraná, ele deu nota 11 não deu nem 10, ele deu 11! Eu também falarei sobre esse assunto no dia de amanhã, se Deus quiser.

Mas, vou dar uma oportunidade para que todas as Lideranças aqui presentes, a imprensa, possam, de repente, me mostrar onde está essa situação. São trezentos e noventa mil empregos criados no Paraná, na fala do eminente Governador; a Segurança, nota 11, quer dizer, é melhor do que 10! E nós vemos aí que mais de 60% das pessoas não estão mais registrando queixa nas delegacias dos assaltos que sofrem.

Então, no dia de amanhã, voltaremos a este assunto. Mas, como ontem eu tive o prazer de assistir a essa entrevista, fiquei bastante preocupado, porque senti que estou, apesar de estar acompanhando a vida política, social e econômica deste Estado, completamente desatualizado. Eu tenho que ouvir mais o Governador e talvez até amanhã, na hora do meu pronunciamento, encontre onde foram gerados esses empregos, porque a grande verdade, Sr. Presidente, é que não se anunciou até o presente momento, neste Governo, nem uma grande empresa para o Paraná, nada, e tem três programas que eu contesto os números todos os dias aqui nesta Casa.

Então, Sr. Presidente, para encerrar e respeitar o Regimento, quero pedir-lhe que me auxilie. V. Exa., com o conhecimento que tem, global, do Estado do Paraná e por ser Presidente de Partido, ajude-me porque eu quero encontrar onde foram gerados esses empregos, porque 390 mil empregos certamente é uma coisa fantástica! E amanhã, certamente, alguém vai me dar o endereço das cidades que foram contempladas com esse fabuloso programa de geração de emprego do Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei em nºs de 02 (dois) de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dá providências com referência à cobrança de consumo de energia elétrica na zona rural, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que altera a denominação da entidade beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 14.275 de 29.12.2003. (Orçamento). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 550/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Ebenezer da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com sede no Município de Figueira e foro no Município de Curiúva. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 073/2003, de 17.09.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 550/2003

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Assistência Social Ebenezer da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com sede no Município de Figueira e foro no Município de Curiúva.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 688/2003, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre o funcionamento das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 097/2003, de 18.11.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VOTO EM SEPARADO AO PARECER PROPOSTO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 688/2003

O Projeto de Lei nº 688/2003, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre o funcionamento das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná, recebeu parecer contrário do relator da matéria.

O voto contrário do Relator firma-se na impossibilidade de edição de Lei Complementar para normatizar o funcionamento de Regiões Metropolitanas.

Despreza-se, dessa forma, o disposto na Lei de Introdução ao Código Civil, no artigo 2º. Essa norma se aplica a todo o processo legislativo e, portanto, não exclui a Lei Complementar.

A Constituição Federal não legislou de forma exaustiva sobre o assunto, pois esta mesma, no artigo 25, parágrafo 3º, dispõe que “os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”, remetendo para edição de Lei Complementar.

O fato de existir Lei Complementar que criaram regiões metropolitanas como Curitiba, Maringá e Londrina não inviabiliza a edição de nova Lei Complementar.

A Lei de Introdução ao Código Civil prescreve em seu artigo 2º que: “Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue. “Continua nos seguintes parágrafos”: 1º - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando



regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.  
**2º - A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.** (grifo nosso).

A existência de uma Lei Complementar que criou as regiões metropolitanas não torna estante o trabalho do Poder Legislativo, pois a mutabilidade da legislação é permitida através do processo legislativo, mesmo porque, na forma da Lei de Introdução ao Código Civil, “disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior”. Essas disposições existem em conjunto com as leis anteriores.

Para solucionar a questão, a autora poderia simplesmente fazer uma consolidação dessas leis complementares anteriores e, através dessa nova lei complementar, revogar as anteriores. Trata-se de técnica legislativa permitida pela Lei Complementar Federal 95/98.

O plano de lei proposto é aplicável a todas as regiões metropolitanas e as mudanças sociais condicionam o aprimoramento da legislação existente, buscando condições de efetiva implementação das regiões metropolitanas criadas e que até o momento não saíram do papel.

“São leis complementares aquelas que se destinam a normatizar situações genéricas e abstratas relativas à matéria de organização estrutural, ou aos serviços prestados em cada ente do Poder Público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal”.

O projeto de lei complementar em análise em nada contraria as Constituições Federal e Estadual, tão-somente pretende, viabilizar melhor estruturação para as regiões metropolitanas, com maior participação popular.

Em razão do exposto, emitimos voto em separado, FAVORÁVEL à tramitação do Projeto de Lei Complementar 688/2003.

Sala das Comissões, em 08.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
 DELEGADO BRADOCK - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Antonio Olinto, com sede no mesmo Município e foro no Município da Lapa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2004, de 16/03/2004.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
 PROJETO DE LEI Nº 068/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Anto-

nio Olinto, com sede no Município de Antonio Olinto e foro no Município da Lapa.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
 DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
 EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
 PROJETO DE LEI Nº 068/2004

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Antonio Olinto, com sede no Município de Antonio Olinto e foro no Município da Lapa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
 DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Abibe Isfer, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/2004, de 03/05/2004.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
 PROJETO DE LEI Nº 151/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Marcos Isfer, declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Abibe Isfer, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
 DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Fundação Criança Renal, com sede e

foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/2004, de 03/05/2004.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 152/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declara de Utilidade Pública a Fundação Criança Renal, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública o Centro Assistencial Nova Vida, com sede e foro no Município de Altônia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/2004, de 04/05/2004.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 162/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública o Centro Assistencial Nova Vida, com sede e foro no Município de Altônia.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, declarar de Utilidade Pública a Associação Projeto Curumim, do Município de Ubatã, com sede e foro no Município de Ubatã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2004, de 18/05/2004.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 182/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declarar de Utilidade Pública a Associação Projeto Curumim, com sede e foro no Município de Ubatã.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 182/2004

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Projeto Curumim, com sede e foro no Município de Ubatã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, declarar de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, do Município de São João do Ivaí, com sede e foro no mesmo Município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2004, de 18/05/2004.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 183/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declarar de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de São João do Ivaí, com sede e foro no Município de São João do Ivaí.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 183/2004

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de São João do Ivaí, com sede e foro no Município de São João do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, declarar de Utilidade Pública a Instituição Serviço de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo do Município de Ubitatã, com sede e foro no Município de Ubitatã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2004, de 18/05/2004.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 190/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declarar de Utilidade Pública a Instituição Serviço de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo, com sede e foro no Município de Ubitatã.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 190/2004

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo, com sede e foro no Município de Ubitatã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. FERNANDO RIBAS CALI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de solicitar o destaque para a votação do Projeto nº 032/2004, também de um veto apostado, visto tratar-se de assunto de extrema importância para a classe estudantil do Estado e para o futuro, tendo também em vista que o próprio Governo Federal já implanta em suas instituições a reserva de vagas, até porque nós não entendemos a questão desse veto.

Então, eu gostaria que houvesse um destaque para a votação do veto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Solicito que V. Exa. o faça por escrito, neste mesmo momento, para poder submeter à Assembléia.

O SR. FERNANDO RIBAS CALI (**Pela Ordem**)

Já está sendo encaminhado o requerimento solicitando o destaque para a votação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ELIO RUSCH

V. Exa. tem um requerimento pedindo a votação em bloco...

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Vou ler, para que se esclareça: "Requerimento nº 1114, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições de veto, itens 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 da ordem do Dia de hoje." - **Aprovado**, com exceção do veto do item 19. Nos demais há uma proposição que se vote em bloco.

Requerimento nº 1113, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente, solicitando destaque para votação da Proposição de Veto nº 032/2004, Veto Apostado ao Projeto de Lei nº 220/2003, item 17 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado**.

Portanto, queria solicitar ao Deputado Natálio Stica se há acordo sobre votar esses dois em separado? Daí, nós já daríamos encaminhamento.

O SR. NATÁLIO STICA

Um é do Ribas Carli, e o outro?

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputada Elza Correia, que como exceção já não está mais constando no seu requerimento.

O SR. NATÁLIO STICA

Há acordo, sim.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Haveria, portanto, três votações: primeiro, votaríamos em bloco com exceção dos itens 17 e 19. Depois, votaríamos os itens 17 e o 19.

Pela ordem, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, V. Exa. está propondo, então, que se vote em bloco os itens 15, 16 e 17?

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

É exatamente essa proposição, Deputado Neivo.

O SR. NEIVO BERALDIN

Mas são três projetos de cunho completamente diferente um do outro. Eles não têm nenhuma aproximação do outro.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

O que há é um requerimento. Então, aqueles que votarem favoravelmente, concordam com a votação em bloco; aqueles que votarem contrariamente, não concordam com a votação em bloco.

Está em votação o requerimento.

O SR. NEIVO BERALDIN

O requerimento é de quem?

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputado Natálio Stica.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, se me permite, quero encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Para encaminhar a votação, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, o Projeto nº 15 autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná a doar um imóvel à Prefeitura de Marmeleiro. O Projeto nº 16, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para o Município de Engenheiro Beltrão.

O projeto do item 17, dispõe sobre a adoção de cota de 50% das vagas dos cursos de graduação das instituições estaduais de ensino superior para os alunos de rede pública de ensino.

Logo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, notamos que vamos dar um voto para três assuntos diferentes; não me parece recomendável, tendo em vista que cada um deve merecer análise conforme ele representa.

Portanto, estou encaminhando aos Srs. Deputados para que votem contra esta votação em bloco, até porque, se formos a favor, não teremos condições de votar, porque são três projetos absolutamente diferentes.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Em votação o requerimento.

Esclareço que o item 17 já foi efetuado por requerimento do Deputado Fernando Ribas Carli. Em votação. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Verificação de votação.

Deputados que rejeitam: três votos contra.

deputados que aprovam: trinta votos favoráveis, segundo a nossa assessoria.

Aprovado com três votos.

Pela ordem, Deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Gostaria de registrar e dar as boas-vindas aos Vereadores de Maringá. Vereador Zebrão, o Vereador Altamir, o Vereador Paulo Mantovani e, em nome também, do Deputado Luiz Nishimori.

Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Para que se conste apenas em votação o Requerimento do Deputado Fernando Ribas Carli, excetuando o item 17. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, vamos votar primeiro o destaque?

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Não. Primeiro a votação em bloco; depois os destaques.

O SR. ELIO RUSCH

Quando se pede os destaques, ele automaticamente prevalece sobre a votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Não há problema.

Vamos chamar a votação do item 17, depois o item 19 e depois a votação em bloco.

Quero esclarecer aos Deputados que votaremos em separado os itens 17 e 19, e depois, a votação em bloco, e os demais itens do veto constantes na pauta, conforme o Requerimento aprovado por este Plenário.

## ITEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 032/2004, veto aposto ao Projeto de Lei nº 220/2003, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que dispõe sobre a adoção de cota de 35% das vagas dos cursos de graduação das instituições estaduais de ensino superior para alunos de rede pública de ensino. **Com relatório da CCJ considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.**

OF/CTL/CC Nº 23/2004

Curitiba, 09 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 410/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 220/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo obrigar as Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado a reservarem 35% (trinta e cinco por cento) das vagas em cursos de graduação, para alunos da Rede Pública.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de parecer expendido pela Secretaria de Estado da Educação de que a matéria, pela forma demasiadamente ampla e genérica como está posta, dificilmente teria as necessárias condições de plena e tranqüila exequibilidade e, ainda, em face da indiscutível complexidade do tema.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 220/2003 encontra-se publicado no DA nº 116/2003, de 11.12.2003 em Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 32/2004

## P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 220/2003, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, objeto de veto do Governador, dispõe sobre a adoção de cota de 35% das vagas dos cursos de graduação das Instituições Estaduais de Ensino Superior para alunos da Rede Pública de Ensino.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

Para encaminhar o projeto, o Sr. Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Se nós atentarmos para esse projeto, vamos ver que na verdade esta Casa de Leis adiantou-se, na medida em

que agora o Governo Federal tem uma determinação de implantar nas instituições de ensino superior mantidos pelo Governo Federal uma reserva de vagas para alunos oriundos de escolas públicas e também para os afrodescendentes. Essa Casa aprovou, ainda no ano passado, projeto de nossa autoria, que previa, inicialmente, uma reserva de vagas de 50% para alunos que tivessem cursado todo o ensino médio em escolas públicas. O projeto veio para Plenário e num acordo de Lideranças, houve a aprovação com uma emenda. E esta emenda, por sugestão do PT, do Deputado Tadeu Veneri, reduziu esse percentual de 50% para 35%.

Então, o projeto hoje reserva 35% das vagas em todas as instituições de ensino superior mantidas pelo Governo do Estado do Paraná para os alunos que tenham feito todo o ensino médio em escolas públicas. Veja os senhores o alcance deste projeto. À medida em que procuramos a todo momento fazer a inclusão social, nada mais justo do que proporcionarmos aos alunos que freqüentam as escolas públicas também a reserva de vagas nas instituições de ensino superior. Sabemos que aqueles alunos, se não a totalidade, mas a sua maioria, não têm a mesma facilidade que os alunos que freqüentam escolas particulares. Estes na maioria das vezes, vêm de famílias mais abastadas e que têm todas as condições para, na hora do vestibular, enfrentar uma concorrência com grande vantagem. Sabemos que normalmente quem estuda em escola pública é aquele que precisa trabalhar.

Normalmente trabalha no período da manhã, no período da tarde e freqüenta uma escola pública no período noturno. Aí, na época do vestibular, terá que concorrer com os alunos que vêm da rede privada de ensino, com todas as condições favoráveis: não precisaram trabalhar, puderam freqüentar escolas particulares, curso de idiomas e os cursinhos mais caros; por conseguinte, não terão as mesmas condições de enfrentar o vestibular.

Dados também, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, que temos em mãos, demonstram que alunos que conseguiram entrar nas universidades, oriundos das escolas públicas, não apresentaram nenhuma dificuldade para o acompanhamento desses cursos. Não é verdadeira também aquela tese que alguns levantam, de que estaríamos com isso nivelando por baixo o ensino superior em nosso Estado. Não é esta a informação que temos de dados colhidos.

O que é mais importante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se fizermos uma análise dos estudantes oriundos das escolas públicas, nas nossas instituições de ensino superior, veremos que a maioria deles encontra-se em cursos, onde a concorrência é menor e onde o custo do Poder Público é muito menor.

Se verificarmos os alunos que freqüentam os cursos que despendem maior custo, como os da área da saúde, como Medicina, Farmácia, Odontologia, Fisioterapia, Nutrição, ou nas ciências exatas, como: Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, vamos notar que 90% dos alunos que cursam essas faculdades, nas universidades

estaduais, portanto, públicas, são oriundos de escolas particulares. Aqueles que vêm das escolas públicas, para conseguir um curso nessa área, certamente, terão que pagar e por conseguinte não irão cursar, porque não conseguirão pagar.

Eu pediria aos Sr. Deputados, para que possamos votar Não, ou seja, pela derrubada do veto. Porque até acredito, Sras. e Srs. Deputados, que o Governador Requião não tenha conhecimento desses veto - sou sincero em dizer-lhes. Talvez a sua assessoria não o tenha informado a respeito, porque tivemos, aqui há quinze dias, o Reitor da Universidade Federal do Paraná falando exatamente sobre esse tema, sobre a reserva de vagas.

Quando lemos a justificativa para o veto - eu gostaria de ler, para que as Sras. e Srs. Deputados pudessem sentir que não houve, por parte do Executivo, um exame detalhado deste projeto. Vejam o que ele diz: "Visa o autógrafo obrigar as instituições estaduais de ensino superior do Estado, a reservar 35% das vagas, em cursos de graduação para alunos da rede pública. A negativa de sanção do projeto de lei em referência, decorre de parecer expedido pela Secretaria de Estado da Educação".

Vejam os senhores, que não é a Secretaria de Estado da Educação, que trata dos assuntos referentes às nossas universidades, e sim a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior! E mais ainda, na justificativa do veto diz da dificuldade em implantar, quando o nosso projeto deixa a regulamentação para o Poder Executivo, porque, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior irá regulamentar se fará esta reserva de vagas, por cursos, se fará na totalidade, enfim, é a Secretaria que tem esses dados. O Poder Executivo terá um instrumento em mãos, que é este projeto de nossa autoria, para fazer a implantação da reserva de vagas para alunos oriundos das escolas estaduais, ou seja, das escolas públicas, aqueles alunos, que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas.

Por isso, eu gostaria de pedir às Sras. e Srs. e aos Srs. Deputados, que, em uma decisão de visão de futuro, permitindo a inclusão social, para que possamos oferecer esta oportunidade aos alunos que estudam em escolas públicas.

Digo aos senhores que sou oriundo de escola pública. Fiz o primário, o ginásio, o científico, em escola pública - o científico concluí no Colégio Estadual do Paraná. Cursei o superior na Universidade Federal do Paraná. Não fosse essa possibilidade, certamente, não teria condições de conseguir um diploma universitário.

Então, peço às Sras. e Srs. Deputados, para que juntos possamos promover esta inclusão social e votemos não, para que o Governo tenha este instrumento que lhe possibilite a reserva de vagas para os alunos que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Queria acusar e dar as boas-vindas, em nome da Deputada Cida Borghetti e Deputado Nishimori, também ao Vereador de Maringá, Elino Bravil. Seja muito bem vindo à nossa Casa.

A Câmara de Vereadores de Maringá deu quórum em Curitiba, hoje.

Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Governo vê, no projeto do Deputado Ribas Carli, um projeto interessante para ser discutido, que visa um percentual de vagas nas Universidades, garantido para os alunos oriundos das escolas públicas. Portanto, não necessariamente, mas pressupõem-se alunos de famílias de baixa renda.

Porém, depois de muito tempo, parece que a sociedade acorda para a questão de cotas para o ensino público, que eu particularmente acho que é o caminho a ser buscado. Acorda para a cota para os negros. Agora há uma discussão de cotas para os índios. Enfim, surge o desejo de que cotas para várias etnias, se somarmos os pedidos de cotas, certamente vão passar de cem por cento.

O que é que o Governo pede que se faça, neste instante? Que o Secretário Aldair Rizzi, inclusive já comprometido está, em receber o Deputado Ribas Carli e os demais que têm projeto neste sentido, inclusive estarei nesta reunião, porque também tenho um projeto de cotas para negros, para que possamos discutir uma política que venha ao interesse da sociedade paranaense.

E é neste sentido, na vontade de acertar definitivamente a questão das cotas, talvez com o carro-chefe sendo a escola pública, é que o Governo pede a manutenção do veto e fazer logo em seguida a discussão, para aí, sim, um projeto a quatro mãos, encabeçado pelo Deputado Ribas Carli, nós possamos encaminhar da melhor forma possível para a sociedade paranaense, em comum acordo com o Governo do Estado.

Neste sentido, estamos encaminhando e pedindo o voto SIM, pela manutenção do veto, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados, para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

Trinta e seis Deputados votaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Designo os Deputados Elton Welter, Bradock e Francisco Bühner, para fazerem a apuração dos votos.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, na condição de Presidente da Comissão Especial criada por esta Casa para investigar o eixo metropolitano, quero comunicar aos Srs. Deputados membros de que o Desembargador Troiano Neto negou o pedido de liminar impetrada pela Câmara Municipal de Curitiba, contra a Comissão Especial da Assembléia Legislativa. Entendeu, S. Exa. o Sr. Desembargador, que não há emergência e não há justificativa necessária, portanto, não cabe o pedido de liminar.

Assim, devo dizer aos membros da comissão que nós continuaremos o nosso trabalho de investigação em relação ao eixo metropolitano, agora sem possibilidade de a Câmara Municipal impedir, através de mandado de segurança, para que essa Assembléia Legislativa possa fazer e promover a investigação.

Foi isso que o Sr. Desembargador escreveu, e a Assembléia Legislativa neste momento, e a Comissão, sobretudo, obtêm na justiça uma vitória! Muito obrigado.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)**

Sr. Presidente, treze votos SIM, vinte e dois NÃO, e NULO, um.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

**Fica mantido o veto.**

## ITEM 19

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 038/2004, veto aposto ao Projeto de Lei nº 574/2003, de autoria da Deputada Elza Correia, que dispõe sobre a cobrança de valores para a inscrição em concursos públicos realizados pela administração direta, autárquica e funcional do Estado. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 42/2004

Curitiba, 14 de abril de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 015/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa, que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade como parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 574/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo ficar o valor da taxa de inscrição em concursos públicos em 1% (um por cento) do vencimento do cargo correspondente ao provimento.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento da Secretaria e Estado da Administração e da Previdência, segundo o qual:

“Trata o presente Projeto de Lei nº 574/2003, que estabelece o percentual de 1% (um por cento) do valor do vencimento do cargo, objeto de concurso público.

Considerando que a taxa de inscrição dos concursos públicos destina-se única e exclusivamente para

suprir as despesas de execução do processo seletivo, o percentual de 1% não chega a suprir 10% (dez por cento) das despesas que requer o processo. Conveniente ressaltar que, diferentemente de pessoas físicas/jurídicas de direito privado que alienam serviços de consultoria e execução de contratos de realização de certames, o entre público não visa ao lucro, daí porque a taxa de inscrição deve ser calculada no sentido de serem cobertos os custos normais de uma operação deste porte, não onerando os cofres públicos, nem afastando possíveis interessados em candidatar-se, por injustificadamente alto o seu valor.

Saliente-se que um processo seletivo, cuja estimativa de inscritos não ultrapasse a 3.000 (três mil) candidatos, contemplando somente uma etapa eliminatória e classificatória, mais a avaliação médica, para a contratação de 39 cargos de nível superior, despenderá um custo estimado de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), incluindo somente as etapas mínimas, como seguem:

- Aquisição de quesitos para montagem das provas.
- Aplicação das etapas do concurso - 6 locais de prova.
- Realização de exames pré-admissionais - 39 vagas + 30% + valor exame.
- Execução Concurso Público - Publicações.
- Adiantamento hospedagem / alimentação = 6 locais x 4 dias x 3 pessoas.
- Material de consumo.
- Manutenção do sistema.

Neste cálculo, o valor da taxa de inscrição, numa média de 3 mil candidatos inscritos, seria de R\$ 160,00 (em média).

Considerando que o salário inicial para o cargo de Agente Profissional é de R\$ 1.525,25 (um mil, quinhentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos), 1% deste valor corresponderá a R\$ 15,25 (quinze reais e vinte e cinco centavos).

Lembramos que o praticado pela Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, conforme estipulado no Decreto nº 2.508, de 20 de janeiro de 2004, é de até 20% (vinte por cento) do salário inicial para o cargo de Agente Profissional, valor este que nem sempre é praticado pela Administração Pública. Neste valor, as etapas do concurso necessariamente deverão ser custeadas pelos cofres públicos e isto significa afirmar que os recursos, que poderiam ser aplicados em outros benefícios para a população, deverão ser utilizados para custear processos administrativos, cuja realização é obrigatória por lei.

Conveniente ressaltar que as taxas de inscrições, enquanto receitas, serão inscritas como receitas arrecadadas e integram cofres públicos. Exceção apenas quando se terceiriza, com fulcro na Lei de Licitações, a realização do certame.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 574/2003 encontra-se publicado no DA nº 011/2004, de 09/03/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 038/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 574/2003, de autoria da nobre Deputada Elza Correia, objeto do veto do Governador, dispõe sobre a cobrança de valores para inscrição em concursos públicos realizados pela administração direta, autárquica e funcional do Estado.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se o mesmo em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Em votação.

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Esse projeto da Deputada Elza Correia, é também considerado pelo Governo interessante, porque visa estipular um valor a ser pago para as inscrições de concursos públicos. Mais do que isso, a garantia de gratuidade, às pessoas que queiram se inscrever no concurso e que estão desempregadas. Porém, ao estipular o percentual de 1% do salário que o aprovado irá ganhar, há um receio por parte do Governo do Estado em que não cubra as custas do concurso em si. E o Estado não quer, não deve e não pode faturar em cima de inscrições, mas tem que garantir com as inscrições o custo do concurso público.

Portanto, há um compromisso assumido do Secretário Caíto Quintana em conversar com a Deputada Elza Correia e, já de antemão, garantindo a gratuidade aos desempregados que irão participar dos próximos concursos. Iremos estipular um percentual que seja compatível.

Então estamos pedindo a manutenção do veto. Voto SIM.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal!

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

**(Procede à chamada nominal)**

Quarenta Deputados votaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito aos deputados Ailton Araújo, Jocelito Canto e à Deputada Elza Correia, para que procedam a apuração dos votos.

**(Procede-se o escrutínio dos votos)**

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

Sr. Presidente, 30 votos, SIM; 09 votos NÃO; 01 voto, NULO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

**Está mantido o veto.**

Votação dos Itens 12, 13, 14, 15, 16 e 18.

**ITEM 12**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 040/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 054/2003, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a Doação para Prefeitura Municipal de Goioerê, dos lotes da Terra nº 01 a 17, da quadra 114 da Planta Geral da Cidade de Goioerê, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, para a construção de prédio destinado ao funcionamento de Escola Municipal. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 195/2003

Curitiba, 03 de outubro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 159/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa, que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade como parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 054/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Goioerê, os lotes de Terras nºs 01 a 17, da quadra nº 114, da Planta Geral da Cidade de Goioerê, os quais somam área de 8.346,00m², havidos pelo Estado conforme Matrícula nº 8.006, Livro 2 - do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de expediente firmado pelo Secretário de Estado dos Transportes, esclarecendo não ser conveniente a efetivação da pretendida doação, tendo em vista que tal área é necessária para utilização pelo Departamento de Estradas de Rodagem, autarquia essa que está passando por reformulação em sua forma de atuação.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado



**(O Projeto de Lei nº 054/2003 encontra-se publicado no DA nº 066/2003, de 01/09/2003 - Redação Final).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 40/2003**

**P A R E C E R :**

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 54/2003, de autoria do Exmo. Deputado Nelson Tureck, que tem por escopo autorizar o Poder Executivo a efetuar doação para a Prefeitura Municipal de Goioerê, do imóvel que especifica, para a construção de prédio destinado ao funcionamento de escola municipal.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

**ITEM 13**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 007/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 494/2003, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar à APAE de Foz do Iguaçu, o lote 179 do quadrante 10, quadricula 01, setor 06, da quadra 38, com benfeitorias, conforme especifica. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 319/2003

Curitiba, 12 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 362/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa, que nos termos do artigo 87, inciso VII, e do parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 494/2003, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelo fato de o imóvel, cuja doação é pretendida, apresentar condições que permitem sua utilização por órgãos da própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 494/2003 encontra-se publicado no DA nº 066/2003, de 01/09/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 07/2004**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 494/2003, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, objeto de veto do Governador, autoriza o Poder Executivo a doar à APAE de Foz do Iguaçu, o lote 179 do quadrante 10, quadricula 01, setor 06, da quadra 38, com benfeitorias, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

**ITEM 14**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 020/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 673/2003, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lotes de terrenos, conforme especifica, ao Município de Verê. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 005/2004

Curitiba, 04 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 417/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa, que nos termos do artigo 87, inciso VII, e do parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 673/2003, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelo fato de o imóvel, cuja doação é pretendida, apresentar condições que poderão possibilitar sua utilização por órgãos da própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 673/2003 encontra-se publicado no DA nº 094/2003, de 11/11/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 020/2004**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 673/2003, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, objeto de veto do Governador, autoriza o Poder Executivo a doar lotes de terrenos ao Município de Verê.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do

prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

## ITEM 15

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 021/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 022/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Governo do Estado doar, imóvel à Prefeitura Municipal de Marmeleiro para funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores, conforme especifica. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 006/2004

Curitiba, 04 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 390/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa, que nos termos do artigo 87, inciso VII, e do parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 022/2003, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelo fato de o imóvel, cuja doação é pretendida, apresentar condições que poderão possibilitar sua utilização por órgãos da própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 022/2003 encontra-se publicado no DA nº 112/2003, de 10/12/2003 - Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 021/2004

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 22/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, objeto de veto do Governador, visa autorizar o Governo do Estado doar imóvel à Prefeitura Municipal de Marmeleiro para funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

## ITEM 16

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 030/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 514/2003, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para o Município de Engenheiro Beltrão dos lotes de Terras nº 12 e 13, da quadra 54 da Planta Geral da Cidade de Engenheiro Beltrão, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, para construção de prédio destinado ao funcionamento de escola municipal. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 015/2004

Curitiba, 09 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 414/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do artigo 87, inciso VII, e do parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 514/2003, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelo fato de o imóvel, cuja doação é pretendida, apresentar condições que poderão possibilitar sua utilização por órgãos da própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 514/2003 encontra-se publicado no DA nº 108/2003, de 09/12/2003 - Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 030/2004

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 514/2003, de autoria do Deputado Nelson Tureck, objeto de veto do Governador, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para o Município de Engenheiro Beltrão dos Lotes de Terras nº 12 e 13, da quadra 54 da Planta Geral da Cidade de Engenheiro Beltrão-PR, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, para construção de prédio destinado ao funcionamento de escola municipal.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

**ITEM 18**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 037/2004, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 158/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Estado do Paraná em prestar informações detalhadas a todas as pessoas residentes no território paranaense em relação à arrecadação de ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 45/04

Curitiba, 19 de abril de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 014/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 158/2003, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que “fica o Governo do Estado do Paraná, nos termos da lei, obrigado a dar informações a todas as pessoas residentes no território paranaense e que recebam nominal e regularmente as faturas de energia elétrica e/ou água, sobre a arrecadação mensal de ICMS, FPM e IPVA de cada Município”, tendo o veto parcial incidido sobre o artigo 4º.

A negativa de sanção ao referido artigo 4º, decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis que, tal como está posto, versando sobre “crime de responsabilidade”, estabelece indiscutíveis prismas de abalo e conceitos e formas previstas na Magna Carta Federal e na Constituição Estadual que preconizam definição para tais crimes, através de lei federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 158/2003, encontra-se publicado no DA nº 011/2004 - Redação Final).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROPOSIÇÃO-VETO PARCIAL Nº 037/2004**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 158/2003, de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, objeto do veto parcial do Governador, dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Estado do Paraná, em prestar informações detalhadas a todas as pessoas residentes no território paranaense em relação à arrecadação de ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água.

Chamada a Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se o mesmo em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) **HERMES FONSECA** - Presidente

**DUÍLIO GENARI** - Relator

**Em votação.**

**O SR. ELIO RUSCH (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa acaba de manter dois vetos do Governador do Estado do Paraná. Um, apostado ao projeto de lei do ilustre Deputado Fernando Ribas Carli, e outro, da Deputada Elza Correia, e agora, estamos votando em bloco os outros vetos.

Vejam o que o Governador vetou: o item 12, projeto do Deputado Tureck. O que ele pede? Pede que o Governador seja autorizado, ele nem determina, autoriza o Governador do Estado do Paraná a doar para o Município alguns lotes para a construção de um prédio destinado ao funcionamento de uma escola municipal.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados! O Deputado Nelson Tureck, através do projeto de lei autoriza o Governador a doar ao Município de Goioerê os lotes para a construção de uma escola municipal! E o Governador do Estado do Paraná vem vetar esse projeto, não é concebível!

O outro veto que ora apreciamos, é do ilustre Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, de Foz do Iguaçu. O que ele pede? Da mesma forma, autoriza o Governador do Estado do Paraná a doar à APAE de Foz do Iguaçu, um lote, para que a escola da APAE possa funcionar!

E o Governador Roberto Requião veta esta doação? Para a APAE? Uma escola especializada? Aonde é que nós estamos?

O outro item, o 14, é de autoria do ilustre Deputado Augustinho Zucchi.

O que pede o Deputado Augustinho Zucchi, que está presidindo a Sessão agora? Autoriza o Governador do Estado do Paraná a doar ao Município de Verê, lote para fins de instalação de indústria não poluente. E o Governador veta esse projeto!

Ora, nós precisamos desenvolver o nosso Estado economicamente, e o Deputado Zucchi autoriza o Governador a doar um lote do Estado para o Município edificar uma indústria e ele veta, Srs. Deputados! Ele é contra a geração de emprego e renda? Ele não pede absolutamente apoio a nada!

O item 15 é da ilustre Deputada Luciana Rafagnin, que não está presente. E o que ela pede, através de seu Projeto de Lei nº 022/2003?

Também autoriza o Governador do Estado do Paraná a ceder ao Município de Marmeleiro, imóvel para funcionar a Câmara Municipal. E o Governador do

Estado do Paraná veta esse projeto que não determina, mas autoriza o Governador do Estado do Paraná!

Outro projeto do ilustre Deputado Nelson Tureck, que através do Projeto de Lei nº 514/2003, autoriza o Governador do Estado do Paraná a doar ao Município de Engenheiro Beltrão alguns lotes para construir prédio destinado ao funcionamento de uma escola municipal. Meus Deputados, onde é que nós estamos?

O Governador do Estado do Paraná vetar um projeto que autoriza o Governo a doar ao município um terreno para construir uma escola municipal! Isso é o “fim da picada”! Não é concebível que ele não entenda que o Município precisa desse espaço para edificar sua escola!

E o último item, o 18, de autoria do Deputado Nereu Moura. Esse não autoriza, mas determina e obriga o Governador do Estado do Paraná a fornecer, ou seja, a relatar, transcrever nas faturas da COPEL e da água quanto foi a receita do ICMS e FPM. Entendo que o Deputado Nereu Moura deveria até pedir destaque, porque é um projeto completamente diferente dos demais. Agora, o Governador do Estado do Paraná vetar o projeto do Deputado Valdir Rossoni, não permitindo que um Município receba um terreno para construir uma Escola Municipal.

Deputado Dobrandino da Silva, V. Exa. é de Foz do Iguaçu, é Presidente do PMDB do Estado do Paraná e o Governador do Paraná nega a doação de um terreno para a APAE de Foz do Iguaçu. Onde é que nós estamos?

Tenho certeza que V. Exa. não estava brincando quando apresentou esse projeto, embasado na necessidade da Escola especializada, APAE de Foz do Iguaçu, que não conheço, mas conheço as APAE's do Estado do Paraná, o trabalho que fazem em favor das crianças e pessoas que necessitam, e vem o Governador vetá-lo, Deputada Elza Correia!

Vamos pôr a mão na consciência, Srs. Deputados, e vamos ver o que estamos votando! Não é concebível manter esses vetos! Temos que derrubá-los, porque são para a construção de Escolas da Rede Pública Municipal do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries. Esses lotes são para a APAE, esses lotes são doados para o Município construir indústria não poluente, e o Governador vem vetar isso!

Se mantivermos esses vetos, com toda a honestidade, Srs. Deputados, não sei o que é que estamos fazendo! Por isso peço, não em meu nome, mas em nome da educação do Estado do Paraná, em nome das APAE's do Estado do Paraná e de Foz do Iguaçu, para que venhamos a derrubar esses vetos, porque eles não são ao Deputado Dobrandino, ao Deputado Nelson Tureck, ao Deputado Augustinho Zucchi, mas esses vetos são contra a educação, são contra as APAE's e contra o desenvolvimento!

Por isso, vamos votar NÃO nesses vetos!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Stica para o encaminhamento.

**O SR. NATÁLIO STICA**

Senhor Presidente. Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro, em relação ao veto do Deputado Nereu Moura, é parcial, não mexe na proposta inicial, apenas muda a redação em um parágrafo, já discutido com o Deputado Nereu Moura, e há, portanto, concordância, porque o veto é apenas parcial.

Em relação à preocupação do Deputado Elio Lino Rusch, queria deixá-lo tranqüilo, primeiro porque são vetos, na grande maioria, de Deputados da Base de Apoio do Governador Roberto Requião, todos os nomes que V. Exa. citou apoiando aqui o Governador Requião em praticamente, todas as matérias.

O Governador não quer tratar com desigualdade os iguais, e por isso a razão do veto nesses projetos. O senhor citou que a APAE pede lá em Foz do Iguaçu. Ela já está instalada em cima do terreno, há mais de dez anos! O Governo não está pedindo que ela saia, apenas não pode, no entendimento do Governador, autorizar o projeto de doação do Deputado Dobrandino e não autorizar, por exemplo o do Deputado Augustinho Zucchi, que o vejo aqui em minha frente e por isso cito o seu projeto.

O Governador não quer tratar com desigualdade os iguais. O que é que o Governo quer e pode fazer? A prerrogativa de doar um terreno é do Governo do Estado. A intenção do Deputado, com certeza, é a melhor possível.

O que nós podemos e devemos fazer a partir de então, até para que não vire aqui nesta Casa um festival de doações de terrenos e que em muitos casos deverão e poderão ser usados pelo Estado, sim, senhor. O Governo prefere tratar caso a caso.

Por exemplo, o Deputado Dobrandino vai ao Governador e diz: Governador, o terreno que estamos pedindo, a APAE já usa há dez anos, portanto, é mais do que justo que seja doado em definitivo para a APAE. E o Governador vai analisar e vai receber, então o Deputado, o prefeito, o Presidente da APAE e discutir a doação ou não do terreno em cima de uma justificativa, se ele tiver, caso a caso.

Deputado Augustinho Zucchi, da mesma forma, vai ao Caíto, vai ao Governador mostrar a real necessidade que tem. O Governador, então, chama o Deputado, chama o prefeito da cidade e faz a doação.

Há casos em que não vai ser possível fazer doação. Há casos em que o terreno está destinado, por exemplo a uma Escola do Estado do Paraná, que anteriormente já foi negociado com a Secretaria da Educação, do Município, e que, portanto, não pode entregar para outro fim.

Caso a caso será tratado com a equipe da Casa Civil, com o Governador do Estado. O veto não é necessariamente, dizer não às doações, elas poderão sair, todas ou nenhuma, de acordo com a conversa que vai ter entre o Governador e o Deputado, em casos, inclusive, que não entraram nesta Casa no dia de hoje.

Portanto, quero deixar V. Exa. tranqüilo, e dizer que vou pedir o voto, sim, à manutenção do veto e o com-

promisso de sempre em benefício do Estado, do povo do Estado do Paraná, das Prefeituras dos nossos Municípios, para que possamos sempre, o Deputado ir conversar e discutir junto com o seu prefeito ou com a entidade, no caso esse citado de Foz do Iguaçu, da APAE para que possamos discutir, e não cometer injustiças. Se votarmos de uma maneira diferente vai haver casos que pode, sim, e outros teria que ser ou não.

Portanto, estamos pedindo a manutenção do veto, o voto pelo veto votando sim, e que cada Deputado nos procure ou procure direto o Caíto, para que possamos conversar, caso a caso. E o Governador, então, com a sua prerrogativa, pode dizer o que pode ser feito e o que não pode ser feito como doação.

Peço, portanto, o voto sim, mantendo o veto do Governador.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. não pode mais encaminhar.

O SR. ELIO RUSCH

Não, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas, pela ordem...

O SR. ELIO RUSCH

Não, em relação àquilo que o Líder do Governo falou - ele disse que o Governo estaria aberto para receber todos os Deputados, que levassem o prefeito para o gabinete, e ele iria autorizar a doação desse imóvel.

Deputado Natálio Stica, V. Exa. que é o Líder, o que é que pede o projeto de lei?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, não há questão de ordem.

O SR. ELIO RUSCH

Mas pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem....

**(Vozes paralelas)**

O SR. ELIO RUSCH

Eu sei, mas dentro daquilo que ele falou, dentro do que ele falou Deputado, não é possível que V. Exa. queira me cortar a palavra. Eu não concebo. Todos os Deputados sempre pedem pela ordem.....

**(Vozes paralelas)**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

É possível que lhe corte a palavra, porque não tem questão de ordem.

O SR. ELIO RUSCH

Mas, pela ordem, só para explicar ao Deputado que o que ele acabou de falar, eu peço a compreensão de V. Exa. que todos os Deputados.....

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Qual é o artigo que o Deputado Elio Rusch está falando? V. Exa. tem que encontrar o artigo que ele está falando.

O SR. ELIO RUSCH

Se V. Exa. quiser que eu pare, eu paro de falar, mas a partir deste instante, em qualquer Sessão, eu vou ser o primeiro a questionar qualquer Deputado que peça Pela Ordem! Sempre abriu-se o precedente. Não é possível que V. Exa. não queira dar para mim!

Só lembrar, com a compreensão do ilustre Presidente, Deputado Natálio Stica, V. Exa. diz que os lotes seriam doados para os Municípios - veja o que diz no artigo do Deputado Dobrandino da Silva - parágrafo único - a doação do imóvel a que se refere no *caput* deste artigo deverá ficar gravado nas cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado exclusivamente para os objetivos da instituição beneficente, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado, sem reserva de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, acho que foi necessário fazer este esclarecimento, diante da defesa que o ilustre Líder do Governo fez, porque não corresponde com aquilo que ele diz, porque o projeto mostra exatamente o contrário.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para esclarecer que na CCJ quase toda semana tem dado confusão de alguns Deputados que querem aprovar meio na marra na CCJ matérias inconstitucionais. Mais uma vez está se provando e aí está a seriedade do nosso Presidente, Hermes Fonseca, que sempre tem brigado e definido na CCJ, que nós devemos votar o que é legal. Quando vota o que não é legal, acontece o que acontece aqui. Estamos perdendo tempo, votando algo que já a CCJ havia se pronunciado que era inconstitucional e que teria o veto.

Está aí. É tempo perdido!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu quero registrar, com muita satisfação, a presença do meu amigo Narciso Cequim, que é morador de Goioxim, nosso futuro Prefeito de Goioxim, acompanhado do Sr. Silveira da Rosa, que se fazem presentes aqui na tribuna de honra, na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

Trinta e oito Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Nomeio os Deputados Elio Rusch, Duílio Genari e Felipe Lucas, para que façam a contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

16 votos SIM; 21 votos NÃO; 01 voto NULO.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

**Estão mantidos os vetos.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1104, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1105, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1106, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1107 e 1108, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1109, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1110, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 004, 132 e 166/2004.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 550 e 688/2003, 068, 151, 152, 162, 182, 183 e 190/2004.

Levanta-se a Sessão.

### Atos da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 134/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3127/2004, datado de 10 de maio de 2004, deste Poder

#### R E S O L V E :

conceder a SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO, matrícula nº 172, ocupante do cargo de Consultor Técnico “A” - NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do parágrafo 19, do artigo 40, da Constituição Federal, estabelecido pelo artigo 1º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, a partir da data do pedido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.05.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 135/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3116/2004, datado de 10 de maio de 2004, deste Poder

#### R E S O L V E :

conceder a JUAREZ DE QUADROS GONÇALVES, matrícula nº 513, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Procurador NU-1, 1ª Classe, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do parágrafo 19, do artigo 40, da Constituição Federal, estabelecido pelo artigo 1º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, a partir da data do pedido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.05.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 136/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3148/2004, datado de 10 de maio de 2004, deste Poder

#### R E S O L V E :

conceder a ELDO GEVESIER, matrícula nº 056, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Procurador NU-1, 1ª Classe, nos termos do parágrafo 19, do artigo 40, da Constituição Federal, estabelecido pelo artigo 1º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, a partir da data do pedido, abono de permanência, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, por ter optado em permanecer em atividade até completar os requisitos para sua aposentadoria compulsória.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.05.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

## **Ato da Diretoria Geral:**

PORTARIA Nº 35/2004

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em

vista o que consta o processo protocolado sob nº 4272/2004, datado de 14 de junho de 2004,

**R E S O L V E :**  
lotar, na Coordenadoria do Cerimonial, ELAINE SCHREINER DE OLIVEIRA, matrícula nº 40.313, funcionária deste Poder Legislativo, a partir desta data.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.06.2004.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral